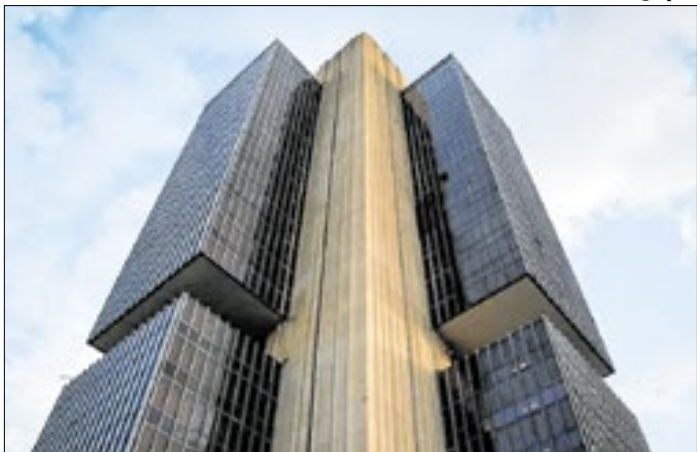


JORNAL DO SERVIDOR

POR
MARTHA IMENES

Divulgação



Manifestação ocorreu após Operação Compliance Zero

Sindicato de servidores do BC diz confiar em solidez do órgão

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) emitiu uma nota na quinta-feira (5) onde afirma confiar na solidez institucional do Banco Central (BC). A manifestação ocorreu após a investigação que apura suspeitas de irregularidades ligadas ao Banco Master descobrir o envolvimento de servidores de carreira do órgão. “Confiamos na solidez institucional do Banco Central do Brasil, na qualidade técnica e ética de seu corpo funcional e na atuação dos órgãos responsáveis pela apuração”, afirmou e acrescentou que, caso irregularidades sejam comprovadas, os responsáveis devem ser punidos conforme a lei, preservando a credibilidade da instituição perante a sociedade.

Alvos de mandados de busca

O sindicato emitiu a nota por conta da terceira fase da Operação Compliance Zero, quando o ex-diretor de Fiscalização do BC e servidor Paulo Sérgio Neves de Souza e o servidor Bellini Santana, ex-chefe chefe do Departamento de Supervisão Bancária do BC, terem sido alvo de mandados de busca e apreensão.

A operação investiga possíveis irregularidades relacionadas à gestão do Banco Master.

Divulgação/PP



Agente federal examina documentos durante a operação

Servidores já estavam afastados

Os dois servidores já estavam afastados de suas funções por decisão anterior do próprio Banco Central, que abriu uma investigação interna para apurar a atuação deles.

Em nota, o sindicato afirmou que acompanha “com atenção” os desdobramentos do caso, mas evitou comentar o mérito das investigações. “Sem entrar no mérito das apurações em curso, reafirmamos nosso compromisso com a institucionalidade da autarquia, com o respeito às decisões das autoridades competentes e com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito”.

Defesa do devido processo legal

O Sinal destacou ainda que é fundamental que os fatos sejam completamente esclarecidos, com respeito às garantias legais previstas. Segundo o sindicato, a apuração deve ocorrer com observância do devido processo legal, do direito ao contraditório e da ampla defesa. A entidade afirma que essas garantias são essenciais para assegurar a legitimidade das decisões e a segurança jurídica.

Rendimentos

Os servidores públicos do Executivo federal — sejam eles ativos ou inativos, além de pensionistas — já podem consultar o comprovante de rendimentos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026, referente ao ano-base 2025. O documento reúne informações sobre rendimentos e descontos realizados ao longo de 2025.

Declaração

O informe de rendimentos é indispensável para o preenchimento correto da declaração junto à Receita Federal. O acesso é digital, por meio do site ou do aplicativo do SouGov.br.

A declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026 começa em março e vai até o dia 29 de maio.

Envio

Quanto antes o contribuinte se organizar e enviar o formulário, maiores serão as chances de receber a restituição mais cedo, caso tenha direito. Como o informe tem como ano-base 2025, não há a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma vez que a isenção passou a vigorar a partir deste ano.

Passo I

Para acessar o comprovante, os servidores devem acessar o aplicativo ou site do SouGov.br.

Na tela inicial, o servidor deve buscar por “Atendimento”.

Depois, selecionar a opção “Rendimentos IRPF”.

Ao clicar em “Comprovante de Rendimentos”, será exibido o documento mais recente disponível (ano-base 2025).

Passo II

Na aba “Comprovante de Rendimentos” também será possível visualizar o vínculo do documento. Caso o servidor acumule licitamente mais de um cargo na administração pública, todos os comprovantes serão listados individualmente. Também é possível baixar todos os documentos em um único arquivo.

Prazo não-oficial

A declaração do Imposto de Renda 2026 (ano-base 2025) deve ocorrer entre meados de março e 29 de maio de 2026. A expectativa é que o prazo oficial inicie em 16 ou 17 de março. Estão obrigados a declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 3,8 mil ou não tributáveis de R\$ 200 mil em 2025.



Levantamento é feito pela internet e é salvo em blocos

‘Vozes do Serviço Público’ vai até o dia 31

Pesquisa ajudará a traçar panorama do funcionalismo

Da Redação

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou para até 31 de março o prazo para participar da segunda edição da Pesquisa Vozes do Serviço Público Federal: evidências para a Gestão de Pessoas, realizada pela pasta, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O questionário é uma oportunidade para servidores públicos federais darem sua sugestão e opinião sobre a gestão pública no país. A participação é voluntária, e os dados são tratados de forma confidencial.

A pesquisa aborda temas ligados à rotina, como equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde e bem-estar, além de mapear necessidades e oportunidades de desenvolvimento e capacitação ao longo da carreira. Podem participar servidores públicos federais ativos, incluindo temporários e comissionados, com ou sem vínculo efetivo.

Os interessados em participar devem responder a um questionário no aplicativo ou site do SouGov.br. O formulário pode ser encontrado na aba “Pesquisa”. O tempo para resposta é de até 25 minutos, e a participação é anônima.

Bloco de perguntas

O questionário está organizado em blocos de perguntas. As

respostas ficam salvas durante o preenchimento. Após responder, basta clicar em “Enviar tudo”.

O MGI lembra que, por ser anônimo, o objetivo é consolidar dados que apontem caminhos e diagnósticos para o funcionalismo de forma ampla. E, quanto a maior a participação, maior a capacidade de identificar padrões por órgãos, carreira e perfil profissional, além de orientar investimentos em capacitação e aprimorar ambientes de trabalho.

Pesquisa anterior

A primeira edição da Pesquisa Vozes foi realizada entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, reunindo 49.777 respostas de aproximadamente 200 órgãos federais.

Entre as descobertas, 90% disseram achar importante que seu trabalho contribua para o interesse coletivo, enquanto 77% informaram se identificar com a missão do órgão em que atuam.

Além disso, 69% disseram estar satisfeitas com o trabalho que realizam. Apenas 10% disseram querer deixar o serviço público.

Em relação à progressão funcional, 78% dos servidores que responderam a pesquisa disseram que a avaliação de desempenho é um fator determinante para promoção, enquanto 75% veem a experiência profissional e a formação educacional.